



CENTRO UNIVERSITÁRIO UNA
CURSO DE PSICOLOGIA

Ana Carolina da Cunha Freitas
Manuele dos Reis Souza

**Trabalho e Gênero: um olhar sobre a adolescência e
juventude.**

Belo Horizonte
2021

Ana Carolina da Cunha Freitas
Manuele dos Reis Souza

Trabalho e Gênero: um olhar sobre a adolescência e juventude.

Trabalho de Conclusão de curso apresentado ao Curso de Psicologia, do Instituto de Ciências Humanas do Centro Universitário UNA como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Psicologia. **Orientadora:** Roberta Andrade e Barros

Belo Horizonte
2021.

Resumo:

O presente trabalho procurou entender os impactos no início da trajetória profissional feminina e na elaboração do projeto de vida das adolescentes em virtude das expectativas e diferenças de gênero. Trata-se de uma revisão da literatura de artigos científicos publicados nos bancos de dados das bases Scientific Electronic Library Online (SciELO), Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC), e Google Acadêmico. Foi uma pesquisa qualitativa realizada por meio de um estudo exploratório sobre a construção histórica da mulher no mercado de trabalho e sua relação com a adolescência, os reflexos das disparidades entre os gêneros no contexto laboral e a influência na construção de um projeto de vida profissional. Os resultados apontam que embora muitos avanços tenham sido conquistados, diversos retrocessos ainda persistem e requer da sociedade e dos profissionais da Psicologia um olhar crítico e orientado para a transformação da realidade dessas jovens na atualidade.

Palavras-chave: Adolescência, Mercado do trabalho, Desigualdade de gênero, Expectativa de gênero, Papéis Sociais, Jovem aprendiz.

SUMÁRIO

1.	Introdução.....	5
2.	Metodologia	9
3.	Gênero x Juventude: Perspectiva histórica feminina no trabalho.	11
4.	Possíveis causas das disparidades de oportunidades profissionais, relacionadas ao gênero, entre os jovens.....	19
5.	Impactos das desigualdades de gênero na construção do projeto de vida profissional.....	27
6.	Considerações Finais	32
7.	Referências bibliográficas.....	35

1. Introdução

Compreender as relações que se constituem no âmbito do trabalho também é refletir sobre a dinâmica social e como ela se aproxima ou se contrapõe a determinados fatos ou contextos. Sendo assim, utilizaremos a definição de trabalho baseada na concepção marxista de intercâmbio do ser humano com a natureza, que nesse processo a modifica e é modificado por ela, em uma relação dialética e produtiva. (BORDALO, 2013)

Embora o discurso cultural brasileiro seja de igualdade no mercado de trabalho, o que se percebe na realidade material, é a diferença de gênero marcando expressivamente a quantidade e qualidade das oportunidades de inserção da mulher no mercado de trabalho.

Neste sentido, é possível observar que as expectativas com relação a um ideal de feminilidade ou masculinidade interferem diretamente na construção de um projeto de vida e até na efetivação de uma trajetória profissional, pois esse ideal estabelecido socialmente impacta diretamente nas oportunidades e possibilidades da juventude atual.

Falar em diferenças sexuais, também, é discutir sobre relações de poder e, não obstante, sobre a influência do patriarcado nessa balança desigual de oportunidades e acessos. Estando a mulher submetida a esse sistema que a inferioriza e a coloca em um lugar de submissão, não é rara a existência de mulheres que, frequentemente, priorizam ou se limitam ao papel da mulher que cuida do âmbito privado da casa, deixando ao homem, a responsabilidade da vida pública.

Sendo assim, aquelas que ousam se aventurar na vida pública são cobradas e lembradas constantemente de suas responsabilidades como mulher da casa. Deste modo, obviamente, terão impactos sobre a motivação e até mesmo nas possibilidades de atuação dessa mulher no espaço público, enfatizando cada vez mais, as desigualdades sociais relacionadas ao gênero.

Posto isso, tem-se a Lei da Aprendizagem (Lei nº 10.097/2000) que embora, tenha contribuído para o acesso ao mercado de trabalho formal para os jovens e adolescentes brasileiros, trouxe consigo, a mesma lógica desigual praticada historicamente na sociedade. As relações humanas são perpassadas por jogos de

poder e nesta dinâmica, as experiências profissionais das mulheres são afetadas em virtude da influência do patriarcado nesse aspecto.

Os dados sobre ocupação e trabalho fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), em relação ao último trimestre do ano, permitem compreender como essa dinâmica desigual funciona na prática. A pesquisa mostrou que em relação à população geral brasileira, as mulheres representavam o percentual de 53,8% de desempregadas e os homens, 46,2%. Já os homens empregados recebiam em média, R\$558,00 a mais que as mulheres empregadas.

Em relação à juventude, de acordo com o IBGE, (2020), a taxa de desemprego entre os jovens atingiu 27,1% só no primeiro trimestre de 2020, bem acima da média geral do nosso país, que é de 12,2% de desempregados. Em outra pesquisa realizada pelo mesmo Instituto, a taxa de desemprego entre as mulheres brasileiras é de 14,5% no primeiro trimestre do ano, um percentual visivelmente maior, diante da taxa de desemprego dos homens no mesmo período, que é de 10,4%.

No campo da aprendizagem, percebe-se que os jovens aprendizes do sexo masculino são a maioria, com 52,65% das contratações, enquanto o sexo feminino representa 47,35%. Nesta mesma pesquisa (IBGE, 2019), percebeu-se que nos Estados do Mato Grosso do Sul e no Rio Grande do Norte, existe uma maior contratação de jovens aprendizes mulheres, cerca de 51,70%. No entanto, mesmo sendo maioria nesses Estados, é possível destacar que as mulheres continuam em desvantagem em relação ao contexto geral brasileiro.

É importante ressaltar que a legislação brasileira (Lei nº 10.097/2000), determina que todas as empresas de médio e grande porte, tenham em seu quadro de funcionamento, jovens de 14 a 24 anos na modalidade de jovens aprendizes. O que a lei não determina, é o percentual para contratação de homens ou mulheres e com isso, as mulheres se encontram em desvantagens neste quesito, haja vista a lacuna de regulamentação em relação ao gênero.

Nesse cenário, foi delimitado o tema, com o propósito de responder ao seguinte problema: quais os impactos na trajetória profissional feminina e na elaboração do projeto de vida das adolescentes em virtude das diferenças de gênero?

Para que essa resposta fosse possível, foi definido como objetivo geral deste estudo, compreender os impactos na inserção das jovens e adolescentes no mercado de trabalho em virtude das diferenças de gênero.

No processo de esquematização do trabalho, outros objetivos específicos foram elaborados e desenvolvidos separadamente em capítulos. São eles: discorrer sobre a construção histórica da mulher no mercado de trabalho correlacionando com a oficialização do trabalho na adolescência; discutir sobre as possíveis causas das disparidades de oportunidades profissionais presentes na atualidade; debater sobre as consequências dessas desigualdades na trajetória profissional feminina e na construção do projeto de vida.

Durante a definição do tema deste Trabalho de Conclusão de Curso, as pesquisadoras, buscaram discutir as influências dessas diferenças sexuais nas oportunidades de trabalhos da mulher jovem no início da trajetória profissional e no âmbito da aprendizagem, visto que, desde a adolescência e começo da juventude essa desigualdade já se apresenta de forma significativa, haja vista a possibilidade de gravidez da adolescente e, por consequência, o afastamento e demais desdobramentos próprios da maternidade.

O tema deste trabalho foi motivado pelas experiências de estágio, das pesquisadoras, com adolescentes vinculados a instituições de aprendizagem de Belo Horizonte. O estigma da maternidade era frequentemente marcado nos discursos tanto das jovens, quanto das profissionais e empresas contratantes evidencia uma desvantagem de oportunidade desde o início da trajetória profissional e que, acaba repercutindo no futuro dos jovens de forma geral.

Durante essa discussão, se fez necessário abordar os aspectos relacionados às diferenças sexuais, inclusive no que diz respeito ao corpo biológico e a possibilidade de gravidez. Outro ponto a ser abordado é o projeto de vida feminino relacionando-o com a realidade social atual e seus desdobramentos na realidade profissional da mulher.

Para facilitar o desenvolvimento do tema, foram eleitas algumas categorias visando estudá-las à luz de um olhar sistêmico e integrado, partindo do pressuposto dialético e relacional das relações sociais. São essas categorias: família, mercado de trabalho, adolescência e papéis de gênero.

Sendo assim, este trabalho se justifica pela relevância da discussão e produção científica sobre as desigualdades sociais, em virtude da diferença entre

gêneros e seus impactos na oferta de oportunidades entre homens e mulheres jovens. Tais fatores podem afetar trajetórias profissionais desde os seus anos iniciais e, por consequência, perpetuar desigualdades ao longo da vida.

Deste modo, se faz necessária a investigação e discussão mais profunda dessa dinâmica social que afeta a vida das jovens brasileiras, para que assim seja possível buscar alternativas justas, a fim de promover o desenvolvimento profissional pleno dessa parcela da sociedade.

Importante ressaltar que, durante o desenvolvimento desse trabalho, não houve a pretensão de elucidar todas as questões relacionadas ao tema, visto que tal tarefa seria impossível em virtude da complexidade do tema, no entanto, o foco foi promover o debate de uma questão tão importante e necessário para a atuação da Psicologia em qualquer espaço ou abordagem.

2. Metodologia

Para alcançar os objetivos propostos e responder ao problema deste estudo, foram adotados os procedimentos metodológicos, seguindo critérios e regras pré-determinadas. Os meios ou os métodos de investigação utilizados são fundamentais para atingir os resultados, uma vez que conduzem o planejamento organizado do processo de pesquisa.

Dentro da área do ensino, a metodologia é a ciência que estuda os métodos os quais ela mesma recorre. Ou seja, ela estabelece métodos de investigação, pesquisa e estudo para alcançar o objetivo, tudo isso partindo de um problema e buscando a sua solução. Nesse sentido, a metodologia se constitui da reflexão entre métodos lógicos e científicos. (PORTO, 2019, p.1).

Nesse cenário, é que Prodanov e Freitas (2013) defendem a aplicação das técnicas e procedimentos metodológicos como essenciais para que seja possível construir o conhecimento com fundamentos válidos e utilizados em diversos setores da sociedade.

Esse estudo objetivou responder, quais os impactos no início da trajetória profissional das jovens e adolescentes, na faixa etária de 16 a 24 anos, em virtude das expectativas e diferenças de gênero. Para a fundamentação teórica a revisão bibliográfica ocorreu por meio de pesquisa em sites acadêmicos como: SciELO, Pepsic e Google Acadêmico. Foram utilizados os seguintes descritores: Adolescência e trabalho, Desigualdade de gênero, Mercado de trabalho, Expectativa de gênero, Família e trabalho, Papéis Sociais, Jovem aprendiz, Mulher e trabalho. As obras utilizadas foram publicadas no idioma português no período de 1998 a 2019 para que esse estudo fosse elaborado contemplasse tanto os aspectos históricos como as publicações mais recentes e atualizadas.

Como é uma pesquisa que ficou adstrita aos levantamentos bibliográficos e pesquisa documental, considera-se uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa. Seu caráter bibliográfico é entendido da seguinte forma:

a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica (BOCCATO, 2006, p. 266).

Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 61) entendem a pesquisa bibliográfica como um “procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema”. É desenvolvida por meio de livros, artigos, dissertações e teses, ou seja, materiais já publicados sobre o tema com grau de veracidade e confiabilidade.

Para tanto, foram utilizados conhecimentos de lições científicas dispostas sobre o tema, passando pela preparação, realização e conclusão final do estudo.

Por outro lado, também é considerada uma pesquisa exploratória, pois, é um tema com poucas informações diante do cenário moderno, pouco explorado. Fato comprovado pela própria dificuldade das pesquisadoras para encontrarem material com grau de veracidade e confiabilidade sobre o assunto. É entendida como:

quando a pesquisa se encontra na fase preliminar, tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento, isto é, facilitar a delimitação do tema da pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto. Assume, em geral, as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de caso. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 51)

Com base nos conhecimentos de Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa pautou-se no método qualitativo, uma vez que defende a existência de um elo entre o mundo objetivo e a subjetividade do ser humano, que não pode ser explicada por números, unido pela natureza e essência do problema.

Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 70) difere-se da “abordagem quantitativa pelo fato de não utilizar dados estatísticos como o centro do processo de análise de um problema, não tendo, portanto, a prioridade de numerar ou medir unidades”.

Estes métodos e técnicas dispostos fundamentaram e possibilitaram a execução desse estudo.

3. Gênero x Juventude: Perspectiva histórica feminina no trabalho.

A história da mulher no mercado de trabalho confunde-se inevitavelmente com a história da mulher na sociedade e com a presença marcante da dominação masculina nas relações sociais. Silva (2009) aponta que já na antiguidade clássica, a mulher ocupava uma posição de inferioridade, excluída da participação política, e intelectual, tão valorizada naquela época, e sendo percebida com mesmo status de escravo.

Na Idade Média, percebe-se uma pequena alteração no cenário, visto a menor disponibilidade da presença masculina em virtude dos reflexos das guerras e do envolvimento do homem com a política. Logo, as mulheres se viram em posição de exercer atividades antes tidas como masculinas, no entanto, a opressão e hostilização sobre figura feminina não diminuíram e foram mais intensificadas com o advento da inquisição e do controle social por meio da religião. (SILVA, 2009)

Chegando ao fim da Idade Média, no século XIV, é possível identificar a presença da mulher no mercado de trabalho, porém, com remuneração inferior à do homem. Contudo, é no desenrolar do Renascimento que a superexploração e desvalorização feminina tornam-se acentuadas em virtude da concorrência com a figura masculina. (SILVA, 2009)

Ainda segundo Silva (2009), com a Revolução Industrial e dissolução dos ideais Iluministas, no século XVIII, as mulheres começam a aparecer de forma organizada, na luta por seus interesses e reivindicação de direitos igualitários de expressão entre os sexos. De acordo com Rago (2001) citado por Vasconcelos (2011) no final do século XIX e início do século XX, no Brasil, grande parte do proletariado era composto por mulheres e crianças imigrantes, e era considerada uma importante força para mão de obra no trabalho, e de baixo custo para grandes indústrias. Contudo, segundo Silva (2009) a mulher só entra no cenário político, nos Estados Unidos e na Inglaterra, a partir da segunda metade do século XX, quando são realizadas as campanhas pela igualdade legislativa e pelo direito de voto. No Brasil, Fonseca Silva (2012) relata que o século XX é marcado pela luta feminina em busca da conquista da cidadania e que a conquista pelo direito ao voto só aconteceu em 1932, com a aprovação do código eleitoral provisório, por meio do decreto N.º

21.076/32, resultado da articulação dos movimentos feministas com o presidente Getúlio Vargas.

Segundo Leone e Baltar (2008), a entrada da mulher nas atividades econômicas no Brasil ocorreu de forma progressiva a partir do final da década de 60, paralelamente ao declínio das taxas de fecundidade. No entanto, a construção social do pós-guerra de um trabalho assalariado foi expressivamente da figura masculina, ressaltando a exclusão feminina das atividades econômicas.

Ao discorrer sobre o percurso histórico da mulher dando enfoque a sua inserção no mundo do trabalho, faz-se necessário trazer ao debate a relação entre os aspectos sociais de vida pública e privada, discutidos por Souza e Guedes (2016) e sua correlação com a organização social desenvolvida ao longo do tempo. A dinâmica das relações sociais entre os gêneros, no século XIX, colocava a mulher em um lugar de cuidado e administração da esfera privada da vida e o homem em um lugar de provedor, sendo responsável pela esfera pública, comunicação com o ambiente externo e com o trabalho produtivo. (SOUZA E GUEDES, 2016).

Assim, a participação da mulher na esfera social estava ligada aos afazeres domésticos, cuidado e educação dos filhos e na condição de reprodução, ou seja, um trabalho percebido com menor valor social ou invisível diante das relações assimétricas de poder entre os gêneros. Importante salientar que essas diferenças eram sustentadas na naturalização das características femininas para o cuidado e do homem para como provedor econômico. (SOUZA E GUEDES, 2016).

Araújo (2005) coloca em debate que as conquistas femininas estão relacionadas, para além dos movimentos feministas, com as transformações sociais causadas pelo capitalismo. Visto que esse enfraqueceu o patriarcado e a figura masculina de provedor, fazendo com que a figura da mulher se fizesse necessária no mercado de trabalho para garantir o sustento da família e, por consequência, ampliando seu espaço na vida pública. Sendo assim, é possível perceber que esse momento histórico carrega em si inúmeras modificações tanto nas relações sociais como nas econômicas e culturais e demandou do homem repensar o ideal de masculino e buscar novas formas de subjetivação dessa masculinidade. (ARAÚJO, 2005)

Baylão e Schettino (2014) retratam que, apesar de o cenário social, de grande desenvolvimento econômico e industrial, necessitar da presença da mulher no mercado de trabalho, essa entrada foi marcada por uma precarização significativa

das relações de trabalhistas, tanto no âmbito feminino, quanto no da infância e adolescência. Para além da precariedade do trabalho, outra marca importante deste momento é a imensa desigualdade salarial feminina e infanto-juvenil em comparação aos homens.

Segundo Nogueira (2010), as mulheres com o perfil ideal para trabalharem nestas indústrias, eram mulheres jovens, sem famílias, e com baixa escolaridade em uma maioria, mas, em contrapartida, eram mulheres que precisavam do trabalho e que não iriam reivindicar mudanças sobre o trabalho precário que exerciam. Contudo, nota-se que mesmo após terem evoluído e conquistado um espaço no mercado de trabalho, eram colocadas em posição de desigualdade em relação aos homens, já que desde o início da sua entrada no mercado de trabalho, muitas mulheres sofriam com o preconceito de uma sociedade com pensamentos machistas, que predominavam na Idade Média. (NOGUEIRA, 2010)

A exemplo disso é importante destacar o acontecimento histórico que marcou a luta das mulheres por mais dignidade no ambiente trabalho, bem sintetizadas por Baylão e Schettino:

Na busca por uma nova postura de comportamento perante a sociedade e consciente de sua força e atos, em 1957, 129 operárias de uma fábrica de tecelagem em Nova Iorque entraram em greve, ocupando a fábrica para reivindicarem a redução de um horário de mais de 16 horas diárias para 10 horas. Estas, que trabalhavam por 16 horas diárias, recebiam um valor menor que um terço do salário dos homens. Essas trabalhadoras que estavam ali para resgatar seus direitos, foram fechadas no interior da fábrica onde se declarou um incêndio que provocou a morte de todas carbonizadas. (2014, p.04)

Ainda segundo Baylão e Schettino (2014) o desenvolvimento de métodos contraceptivos foi um fator importante para a inserção da mulher no mercado de trabalho, visto que o menor número de filhos impactou no aumento do letramento e maior disponibilidade de tempo produtivo.

Hirata e Kergoat (2007) discutem que a partir do momento em que o trabalho doméstico passou a ser percebido como categoria de atividade laboral, em seu aspecto econômico, foi possível perceber o começo da conceitualização da divisão sexual do trabalho e como esta diferenciação impacta na realidade social, promovendo o fortalecimento e legitimação das diferenças de atribuições nos espaços público e privados, nas relações coletivas. Ainda segundo as autoras, a

divisão sexual do trabalho coloca os gêneros em relações assimétricas e hierarquizadas, contribuindo para a opressão, exploração e supremacia de um em relação ao outro, fazendo com que mulheres realizem um trabalho significativo, para outrem, de forma gratuita, em nome da natureza, do amor e do dever materno.

Baylão e Schettino (2014) afirmam que as conquistas femininas se configuram como uma revolução incompleta, visto que a entrada da mulher no âmbito produtivo não diminui suas responsabilidades no campo privado e apenas reforçam as desvantagens já vividas historicamente. Essa incompletude se dá pelo fato de que os afazeres domésticos e de cuidado ainda são percebidos, histórica e culturalmente, como responsabilidade “natural” da mulher, ao passo que o engajamento masculino na vida privada não se modificou de forma expressiva, trazendo como consequência a disparidade significativa de disponibilidade de tempo econômico entre os gêneros. (BAYLÃO E SCHETTINO, 2014)

A exemplo disso, Souza e Guedes (2016) citam a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada entre 2004 e 2014, que mostra que a figura feminina como pessoa responsável pelas atividades domésticas representa um percentual superior a 90%, enquanto a figura masculina não atingiu a marca de 60% ao longo da década. Outra pesquisa feita pelo IBGE (2018), as mulheres com faixa etária entre 25 a 49 anos tendem a ter uma carga horária de três horas por semana a mais do que os homens, conciliando o trabalho remunerado, afazeres domésticos e cuidados com pessoas, e tendo um desempenho educacional mais alto. Em contrapartida, elas recebem em média 76,5 % do rendimento dos homens, na mesma faixa etária.

Souza e Guedes (2016) destacam a dualidade observada na divisão sexual do trabalho que coloca a mulher em um papel de reprodução social, marcada pelo trabalho não remunerado e de menor prestígio social, sendo essas atividades entendidas como uma contrapartida feminina ao papel masculino de provedor. Por outro lado, o homem ocupa um lugar de produção econômica, articulada ao trabalho remunerado, fortalecendo a noção de virilidade e provisão. Outro fator que impacta na divisão sexual do trabalho está relacionado ao ideal de feminilidade e masculinidade e sua relação com a atividade, deste modo, mulheres são vistas como sentimentais e cuidadoras e homens como racionais e viris. Ou seja, ao homem ficam reservadas as tarefas mais operacionais, que exigem maior racionalidade e de maior retorno econômico, em contrapartida às mulheres são

destinadas às atividades de maior demanda afetiva e de cuidado e menor ganho econômico. (SOUZA E GUEDES, 2016).

Hirata (2010) discute sobre as novas configurações da divisão sexual de trabalho presentes na atualidade e discorrem sobre três modelos de organização social e econômica entre os gêneros que envolvem as esferas doméstica e profissional, baseada nas ideias de Talcott Parsons, Walter Arnold Kaufmann e na Quarta Conferência Mundial sobre as mulheres, organizada pela ONU, em 1995. A primeira seria o modelo tradicional funcionalista que traz a ideia de complementaridade entre os sexos, no qual a mulher ocupa o espaço doméstico e o homem o espaço público. Uma segunda proposta é o modelo de conciliação, nas quais seria possível a divisão de tarefas de forma mais igualitária entre os gêneros, permitindo uma articulação entre as atividades domésticas e a vida profissional. No entanto, na prática, essa conciliação, em geral, recai sobre as mulheres, visto que a relação desigual de poder se materializa nessa dupla atribuição de tarefas e responsabilidades. Por fim, o terceiro modelo, de delegação, pressupõe a terceirização das atividades domésticas para uma outra mulher, buscando assim evitar tensão ou conflito entre o casal.

Diante deste cenário, torna-se possível perceber, ainda na atualidade, a presença da divisão sexual no trabalho e o predomínio das mulheres que se dedicam ao trabalho doméstico e, por vezes, acabam não desenvolvendo sua autonomia econômica, tornando-se dependentes dos seus parceiros. Já os homens tendem a ter uma ocupação no mercado de trabalho e por consequência acabam se tornando o provedor econômico da família.

Acrescidas as questões de gênero, faz-se necessário debater sobre os aspectos da infância-juventude relacionada ao âmbito do trabalho. Segundo Nunes (2009) o trabalho infantil ocorre há cerca de dois mil anos antes de Cristo, passando por Roma com as crianças exercendo atividades de aprendizes e na Idade Média trabalhando como um adulto. Ao longo da história o trabalho infantil e adolescente possuía características artesanais e familiares, em comunidades primitivas e na agricultura. (NUNES, 2009)

Com o advento da revolução industrial, uma nova forma de realizar o trabalho abriu caminho para a entrada da mulher e da criança no mercado de trabalho e em ambos os casos, a precariedade da atividade e desigualdade em relação ao homem adulto se faziam presentes. Crianças maiores de seis anos e mulheres eram o

público alvo preferido dos empregadores, visto que recebiam salários significativamente menores e representavam uma grande parcela da população. (NUNES, 2009)

A crença de que as crianças pobres deveriam trabalhar, pois o trabalho as afastariam da marginalidade e o ambiente fabril funcionava como uma “escola do trabalho”, acrescida a necessidade de complemento da renda familiar colocavam as crianças em situação de excesso de trabalho, insalubridade e desnutrição. (Nunes, 2009). O autor aponta que “a criança era uma parte intrínseca da economia industrial e agrícola antes mesmo de 1780 e como tal permaneceu até ser resgatada pelas escolas”. (NUNES, 2009)

Entre as vantagens para contratação de crianças na época da Revolução Industrial estavam as características físicas da criança que eram um diferencial em algumas atividades, especialmente em fábricas de tecelagem. Outra vantagem era a maior facilidade de submissão ao poder dos empregadores e salários que por vezes chegavam a ser seis vezes menores ou inexistentes, no caso de crianças que recebiam apenas alojamento e comida. (NUNES, 2009)

O trabalho infantil é anterior ao capitalismo, mas este foi quem criou condições para que o trabalho infantil transformassem as crianças em adultos precoces, destituídos desse momento do desenvolvimento, não lhes sendo ofertada a transição saudável e gradual entre a infância e a vida adulta. Crianças, adolescentes e mulheres eram conhecidos como “meia-força” e eram percebidos como uma fonte de redução de custo, e forma de manter a produtividade e enfrentar a concorrência. (NUNES, 2009)

Segundo Kassouf (2007), no Brasil o trabalho infantil remonta a época da escravidão e com o advento da industrialização, não foi diferente dos outros países, chegando a um percentual de 15% de mão de obra infantil e adolescente em 1890, nos estabelecimentos industriais de São Paulo. Em 1919, no setor têxtil, esse percentual chegava a 40%, segundo dados do Departamento Estadual do Trabalho.

Santos e Gimenez (2015), relatam que na República Velha, a população do país era uma população jovem, e de acordo com o Censo de 1920, cerca de 71,5% tinham até 29 anos e 41,1% até 14 anos. Além de jovem, a população em sua maioria também era pobre e sem acesso à educação, fazendo com que jovens e crianças fossem empurrados para o trabalho, seja ele rural ou urbano.

O período de industrialização do Brasil (1930-1980) produziu grandes transformações sociais e econômicas no país, fomentando inclusive o êxodo rural, o crescimento econômico e maior possibilidade de mobilidade social ascendente. No entanto, mesmo diante desse acelerado crescimento econômico persistiram altos níveis de desigualdade, pobreza, analfabetismo, mortalidade infantil, entre outras mazelas sociais. Em 1980, o Brasil era o país com maior taxa de participação jovem no mercado de trabalho da América Latina, com um percentual de 55,3%, na faixa etária de 15 a 24 anos. (SANTOS E GIMENEZ, 2015)

Em 1988, com a Constituição Federal, a idade mínima para o trabalho passa a ser de 14 anos. Dez anos depois, por meio de uma emenda constitucional, a idade foi modificada para 16 anos, e na condição de aprendiz a partir de 14 anos. Para as atividades que possam trazer risco à vida ou à saúde e trabalhos noturnos a idade mínima é de 18 anos. (KASSOUF, 2007).

Outra legislação importante para a regulamentação do trabalho infanto-juvenil é a criação do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), em 1990, que reconhece a criança e adolescente, menor de 18 anos, como pessoa em desenvolvimento e sob a mesma condição jurídica. Nessa perspectiva, a forma de compreender o acesso da criança e adolescente à cidadania, e por consequência ao trabalho, leva em consideração sua condição prioritária de pessoa em desenvolvimento, que tem direitos sociais garantidos pela positividade de seu valor e não pela carência de sua condição. (ROSA E TASSARA, 2012)¹

O ECA propõe as definições de faixa etária para as duas fases de desenvolvimento, sendo considerada criança o indivíduo com até 12 anos incompletos e adolescente aquele com idade entre 12 anos completos e 18 anos incompletos. Importante salientar que existem diversas conceituações de adolescência e este trabalho tem como foco a faixa etária definida pela lei da aprendizagem 10.097/2000, que regulamenta o trabalho dos adolescentes na atualidade e utiliza a faixa etária de 14 a 24 anos incompletos. Sendo assim, para melhor entendimento desse público alvo, no desenvolvimento deste trabalho,

¹ A juventude é uma condição social, parametrizada por uma faixa etária, que no Brasil congrega cidadãos e cidadãs com idade compreendida entre os 15 e os 29 anos. Sendo tema de interesse público, a condição juvenil deve ser tratada sem estereótipos e a consagração dos direitos dos/das jovens precisa partir da própria diversidade que caracteriza a(s) juventude(s). (PNJ, 2006, p. 5).

utilizaremos a nomenclatura ‘jovem’ para definir a faixa etária de 14 a 24 anos incompletos.²

Santos e Gimenez (2015) abordam as diversas transformações sociais vivenciadas no país entre o ano de 2004 e 2014 discorrendo sobre os impactos dessas transformações nas condições de trabalho dos jovens brasileiros. Essas transformações estão relacionadas a criação de políticas públicas de atenção à juventude, ampliação do acesso à educação, mudanças demográficas em virtude do aumento da população economicamente ativa, diminuição da participação dos jovens no mercado de trabalho ocasionadas pela melhoria das condições de vida e valorização da educação e melhoria das condições de trabalho juvenil. No entanto, com a retração da economia em 2014, o estreitamento das políticas públicas e da proteção social e menor investimento na educação, os jovens retornam para uma situação de degradação no mercado de trabalho. (SANTOS E GIMENEZ, 2015)

Atualmente, a possibilidade de entrada formal do jovem no mercado de trabalho se dá por meio dos programas de aprendizagem, regulamentados pela lei da aprendizagem 10.097/2000. O contrato de aprendizagem possui duração máxima de 02 (dois) anos, sem possibilidade de renovação, e oferece uma formação técnico profissional para os jovens atendidos. O objetivo do programa é proporcionar uma formação tanto teórica como prática para os adolescentes, visando o desenvolvimento de profissionais qualificados para atender as demandas do mercado. (SILVA, 2018)

Diante desse cenário, de incertezas quanto a empregabilidade do público juvenil atreladas às transversalidades que perpassam as questões de gênero, se faz necessária uma melhor investigação sobre as possíveis causas dessas disparidades de oportunidades entre os gêneros no início da vida profissional e seu impacto na atualidade.

²Diante da diversidade de conceitos de faixas etárias, algumas definições foram selecionadas para contribuir com o entendimento sobre a juventude, tais como a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas (ONU) que consideram pessoas entre 15 e 24 anos, o Estatuto da Juventude (2013), que contempla a faixa etária entre 15 a 29 anos e a Política Nacional da Juventude (2006) que define “Jovens adolescentes” aqueles indivíduos que estão entre 15 e 17 anos, “Jovens - jovens” os que estão entre 18 e 24 anos e Jovens-adultos os que estão com a idade entre 25 e 29 anos.

4. Possíveis causas das disparidades de oportunidades profissionais, relacionadas ao gênero, entre os jovens.

Areladas às questões históricas que contribuem para construção do cenário atual para a entrada da mulher jovem no mercado de trabalho, faz-se necessário discutir as dinâmicas da atualidade, que impactam essa trajetória e perpetuam situações de desigualdade entre os gêneros. Lima et al (2017), defendem que a socialização das crianças é marcada pelo sexismo, desde o ambiente escolar, fazendo com que os papéis de gênero sejam introjetados de maneira a construir diferentes formas de comportamentos e interesses, impactando assim nas escolhas profissionais futuras entre os gêneros.

Ainda segundo este autor, a diferenciação entre os gêneros acontece antes mesmo do nascimento, criando-se uma expectativa de socialização baseada nas concepções de gênero e sexualidade que circulam naquela sociedade. Logo, desde a infância, os indivíduos passam por um processo de ensino-aprendizagem e constroem suas identidades a partir da elaboração de papéis sociais disponíveis naquele contexto. Sendo assim, meninos e meninas engendram formas de subjetivação diferentes, partindo do pressuposto que as diferenças biológicas ou naturais conferem características ou habilidades distintas que justificam essa diferenciação de atribuições e manutenção de estereótipos de gênero. (LIMA et al, 2017)

Bruschini (1998) aponta que a repetição do modelo patriarcal, em que a mulher se responsabiliza pela esfera doméstica, acaba por impactar na sua participação no mercado de trabalho, visto que as condições para este acontecimento são marcadas por fatores que vão além da qualificação profissional e da oferta de mercado.

Ao longo da história, percebe-se que a questão do machismo e da desigualdade sexual no trabalho se sobrepõe a lógica capitalista de demanda por maior preparação educacional, visto que, mesmo a figura feminina apresentando maior aprimoramento escolar, ainda assim recebem salários inferiores e possuem taxa de desemprego superior ao sexo masculino. Segundo Campante et. al (2004) citado por Ferreira e Pomponet (2017), discriminações externas ao mercado de trabalho criam condições mais vulneráveis para trabalhadores de grupos que são discriminados. (FERREIRA E POMPONET, 2017)

Sendo assim, compreende-se que as vivências humanas são marcadas por fatores étnicos, sociais, econômicos, familiares, pessoais, de gênero, entre outros e que, por vezes, a educação sexista torna-se hegemônica em virtude da atribuição 'natural e biológica' a comportamentos tidos como masculinos ou femininos. Tal ideal fundamenta-se na concepção de que sexo biológico e gênero são sinônimos e esta crença atua não somente na escola, mas em todo o tecido social. (LIMA et al, 2017).

Segundo Barata (2009) "Definitivamente, gênero não é sinônimo de sexo", sendo o gênero um significante mais amplo e com caráter intimamente social e marcador de um conjunto de características próprias socialmente atribuídas ao masculino ou feminino. Já o sexo tem seu apoio nas características biológicas, anatômicas e voltadas para o sistema reprodutivo de cada indivíduo. A autora afirma que ao nascer, o indivíduo passa a receber uma série de determinações e mediações sociais para moldar seu perfil, dentro da expectativa daquele grupo social.

As relações de gênero estão presentes em todas as esferas sociais e dimensões da vida e estão marcadas pela dominação dos homens sobre as mulheres. O ideal de libertação feminina por meio do trabalho remunerado é enfraquecido diante da constatação da menor exigência de escolarização na maioria dos trabalhos exercidos por mulheres, salários inferiores no exercício da mesma função em relação aos homens e dupla jornada de trabalho, considerando o trabalho doméstico que, majoritariamente, é exercido por mulheres. (BARATA, 2009)

Neste sentido, a inserção da mulher no mercado de trabalho pode ser contraditória, visto que possibilita o fortalecimento da autoestima, desenvolvimento socioeconômico, ampliação da rede de suporte social extrafamiliar, realização pessoal, construção da autonomia, entre outros. No entanto, esse processo também pode representar maior desgaste biopsíquico e, por consequência, maior tendência ao adoecimento e intercorrências na saúde, se comparado aos homens. (BARATA, 2009)

Baltar e Leone (2008) abordam a questão da segregação ocupacional vivenciada pelas mulheres, que diz respeito à presença pouco representativa do público feminino em determinadas atividades laborais. Sendo assim, as mulheres são destinadas a ocupar postos de trabalho subvalorizados, sendo impelidas a atuarem em atividades de menor prestígio social, com remuneração inferior e

exigência de responsabilidade abaixo de suas competências. (BALTAR & LEONE, 2008)

Cristina Carrasco (2003) citada por Sucupira e Freitas (2014), discorre sobre modelo sustentado por uma mão invisível: o modelo capitalista e patriarcal que irá organizar a sociedade e que desconsidera a importância do trabalho doméstico e de cuidados para a garantia do seu funcionamento. Sendo assim, as tarefas domésticas continuariam sem o reconhecimento e valorização social mesmo contribuindo significativamente para a sustentação da organização da sociedade.

Madalozzo et al (2010), discorrem sobre a crescente participação da mulher no mercado de trabalho, ao longo da história. Os autores afirmam que no Brasil, na década de 70 a participação feminina era de aproximadamente 18% e, em 2002, essa taxa já atingia os 50%, segundo dados do IBGE. Outro fator importante foi a redução da diferença de salários entre homens e mulheres, que passou de 50%, no início da década de 90 para 30% no início dos anos 2000 (Madalozzo et al, 2010). No primeiro trimestre de 2020, a diferença do percentual de desocupação entre homens e mulheres estava em 9%, segundo dados do IBGE. Já a diferença de salário, em 2018, atingiu cerca de 20% a menos para as mulheres. (IBGE,2018)

Acrescidas às questões de gênero e fazendo um recorte sobre a juventude na atualidade, faz-se necessário discutir sobre as transversalidades no que diz respeito à inserção dessa população no mercado de trabalho, e seu impacto no público feminino. Faleiro (2008) aponta que o sistema capitalista do século XXI, demanda cada vez mais do jovem escolarização, ao passo que o sistema escolar não tem respondido a essa necessidade, haja vista a baixa qualidade do ensino público e a disparidade de acesso a direitos entre os grupos sociais. Em contrapartida, na luta por sobrevivência, jovens pobres têm aumentado a busca por trabalho, a fim de enfrentar os impactos negativos da desigualdade social. Este cenário produz, então, a problemática da necessidade de trabalhar para sobreviver e de estudar para trabalhar, fazendo com que o jovem se equilibre entre o mundo do trabalho e a escola e, por vezes, não consiga realizar essa conciliação com qualidade. (FALEIRO, 2008)

Pochmann (2003) discorre sobre outra contradição vivida pelo jovem na atualidade, visto que, mesmo alcançando níveis educacionais superiores ao de seus pais, vivenciam a frustração do desemprego, baixa remuneração ou precarização, tornando a independência econômica uma realidade distante. Sendo assim, a

possibilidade de mobilidade social, oferecida pelo capitalismo, acaba se concretizando como uma regressão intergeracional, visto que, por vezes, mesmo na fase adulta, a dependência da família de origem ainda persiste. (POCHMANN, 2003)

Este autor, discute sobre as características da sociedade atual e sua correlação com o aumento da necessidade de escolarização por parte dos jovens. Para ele, diferentemente das gerações anteriores, que vivenciaram por um modelo fordista de produção, a sociedade moderna, conhecida como a sociedade do conhecimento, vivencia uma contínua transformação tecnológica que exige dos trabalhadores contemporâneos maior tempo de estudo e conhecimento transdisciplinar, atrelando tanto teoria como prática. Sendo assim, a entrada do jovem no mercado de trabalho acaba sendo postergada em virtude da necessidade de maior tempo de preparação para atender a essas demandas. (POCHMANN, 2003)

Segundo Reis (2014), a entrada do jovem no mercado de trabalho possui especificidades que o diferenciam dos demais trabalhadores e a taxa de desemprego costuma ser significativa. Para ilustrar a situação de desemprego, dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio, no primeiro trimestre de 2020, mostram que o índice de desemprego entre os jovens de 18 a 24 anos alcançou a marca de 27,1%, no Brasil. (IBGE, 2020) Essas diferenças, citadas por Reis (2014), estão relacionadas à inexistência de experiência profissional e pouco conhecimento sobre o mundo do trabalho. Neste sentido, a questão central é a carência de informação, tanto por parte das empresas que possuem pouco conhecimento sobre jovens sem experiência prévia, como daqueles jovens que necessitam de receber informações sobre as tarefas a serem desenvolvidas e sobre o ambiente de trabalho. (REIS, 2014).

Sendo assim, a obtenção da primeira oportunidade costuma ser marcada por um longo período de desemprego e por uma elevada taxa de rotatividade. Não obstante, a informalidade e a precariedade nas condições de trabalho são marcadores presentes na inserção do jovem no ecossistema profissional. Visto que, diante da posição desfavorável que ocupam, os jovens acabam por se submeterem a trabalhos assalariados sem carteira assinada e sem os demais benefícios de um trabalho formal e tendem a se concentrar em trabalhos mais precários, até serem absorvidos pelo mercado formal. (REIS, 2014).

Neste sentido, a constatação de Pochmann (2003) sobre a necessidade de maior escolarização juvenil escancara as desigualdades sociais vividas entre os jovens no Brasil. Visto que jovens pobres são impelidos para o mundo do trabalho de forma mais precoce, não tendo a possibilidade de uma maior preparação para esse momento, logo, acabam sendo submetidos a trabalhos precarizados por não estarem preparados o suficiente. Associado a essa questão, encontra-se a ineficiência do sistema educacional brasileiro, que não oferece educação de qualidade à juventude que, por vezes, não chegam a completar o ensino médio. (POCHMANN, 2003)

Para além da educação, Campos (2014) aborda as diversas características próprias da juventude e sua marcação como grupo social, visto que, são indivíduos em transição entre a fase infantil e a adulta e, dentro desse período, possuem vivências específicas de eventos familiares e laborais. Essas especificidades estão relacionadas ao matrimônio, a saída da casa dos pais, a maternidade, saída da escola, entre outros e vão impactar na inserção e permanência desses jovens no mercado de trabalho. (CAMPOS, 2014)

Na atualidade, a passagem por esse ciclo da vida torna-se cada vez mais complexa, não deixando de envolver a transição da tutela à emancipação, criando bases para que o indivíduo crie sua própria autonomia, preparando-se para a produção e reprodução. No entanto, mesmo dentro do próprio recorte da juventude, as experiências e vivências não serão lineares e ocorrerão de forma distintas, dependendo da vinculação de cada indivíduo a uma classe, região geográfica, raça, gênero etc. (CAMPOS, 2014)

Ainda segundo este autor, existe uma distinção em relação ao gênero, neste período da vida, visto que para as jovens do sexo feminino, os eventos mais comuns estão relacionados ao matrimônio e a maternidade, ao passo que, para o sexo masculino, as vivências estão relacionadas à saída da escola e entrada no mercado de trabalho. (CAMPOS, 2014)

Outra questão associada ao gênero e que recai fortemente sobre os jovens é a ocorrência do fenômeno “Nem-Nem”. Esse termo é utilizado para designar aquele jovem que não participa da População Economicamente Ativa (PEA), ou seja, que não trabalha e nem estuda. Segundo um estudo longitudinal, realizado entre 1992 e 2012 pelo IBGE, citado por Costa e Ulyssea (2014), “ser mulher, ter filhos, possuir

baixa escolaridade e baixa renda domiciliar são características fortemente associadas à propensão de ser nem-nem”.

No entanto, faz-se necessária uma crítica a ideia de que esses jovens são improdutivos ou não realizam nenhum trabalho. Nessa mesma pesquisa, constatou-se que 31% dos jovens “Nem-Nens” estão em busca de uma inserção no mercado de trabalho e 64% realizam as atividades domésticas e de cuidado, sendo este último percentual em sua maioria, pessoas do sexo feminino. Dados da PNAD de 2018 mostram que em 2016, o tempo médio semanal de horas gasto com cuidados domésticos entre jovens de 14 a 29 anos era de 9,6 horas para jovens do sexo masculino e 15,8 horas para o feminino. Em 2019, a mesma pesquisa mostrou que 86,3% das jovens de 14 a 24 anos realizavam atividades domésticas nas próprias casas, já para os jovens do sexo masculino a participação é de 67,7%.

É importante salientar que, segundo Patriota e Alberto (2014), o trabalho doméstico se inicia com um caráter socializador no interior das famílias, no entanto, também cumpre uma função mercantilista, visto que, quando a criança ou adolescente realiza essa atividade, os outros integrantes da família passam a dispor de mais tempo para a vida pública. Sendo assim, a ideia de que jovens que não trabalham e nem estudam são improdutivos, só demonstra a invisibilidade do trabalho realizado no espaço doméstico e novamente retorna a questão do patriarcado e da menor valorização do trabalho feminino, visto que este trabalho recai em sua maioria sobre as jovens mulheres.

Ainda discutindo sobre trabalho doméstico, porém em uma perspectiva remunerada, Santana & Dimenstein (2005) afirmam que esta atividade se configura como uma forma precoce de inserção no mundo do trabalho e novamente é realizada em sua maioria pelo público feminino. Essas autoras apontam que a domesticidade está atrelada a construção sócio-histórica da mulher e ainda dá suporte ideológico para que essa condição persista na contemporaneidade.

Apesar disso, Santana & Dimenstein (2005) afirmam que as mulheres vêm ampliando sua ocupação no espaço público, tanto no que diz respeito à educação quanto ao trabalho remunerado. No entanto, a lógica da domesticidade e da menor valorização feminina persiste, visto que se percebe o movimento de mulheres que contratam outras mulheres para realização das atividades domésticas, reproduzindo a lógica pré-estabelecida de que o espaço doméstico é de domínio feminino, não

convocando assim os homens para essa transformação no cenário social. (SANTANA & DIMENSTEIN, 2005)

Bruschini (1998) aponta que existem duas variáveis que influenciam na categorização da mulher como uma “trabalhadora de segunda categoria”. A primeira está relacionada ao trabalho doméstico e a segunda à presença de filhos pequenos. Nunes (2010) discorre sobre a idealização do papel feminino no que diz respeito à maternidade e sua mudança ao longo do tempo, visto que até poucas décadas atrás, a maternidade não era percebida com um viés negativo sendo compreendida como a concretização da “essência” feminina.

No que diz respeito à maternidade na juventude, Dias e Teixeira (2010) discutem que a gravidez na adolescência despontou como um evento de visibilidade a partir da década de 90, tornando-se objeto de intervenção das políticas públicas. No entanto, as autoras afirmam que o aumento do percentual de mães menores de 20 anos está relacionado com a diminuição da taxa de fecundidade das mulheres acima de 25 anos, não representando assim uma ligação direta ou exclusiva com o aumento do fenômeno em si. (Dias e Teixeira, 2010)

Diante das intensas mudanças sociais e históricas vivenciadas pelas mulheres, haja vista, a diminuição dos filhos, adiamento da maternidade, aumento da escolarização, maior inserção no mercado de trabalho, entre outras conquistas, a maternidade tomou outra posição ante as expectativas sociais, sendo comumente classificada com esse caráter indesejável ou impróprio para a adolescência. (NUNES, 2010)

Este autor, utilizando a teoria foucaultiana, colocará em debate que essa categorização da gravidez na adolescência, tanto positiva como negativa, tem em seu fundamento o objetivo de atender a um projeto biopolítico de controle dos corpos para atendimento das demandas do capitalismo. (NUNES, 2010) Sendo assim, é possível perceber sua valorização no momento em que o projeto matrimonial e patriarcal da família nuclear estava em amplo desenvolvimento e em contrapartida sua desvalorização atual, ante um cenário de predileção por maior preparo profissional e maior disponibilidade de tempo produtivo para o mercado de trabalho.

Segundo Faleiros (2008), a juventude pode ser considerada o símbolo do capital, visto que, sua vivacidade, agilidade, potencialidade e disposição para a competitividade estão em confluência com as demandas do mesmo. Sendo assim, a

possibilidade de gravidez e as demandas da maternidade concretizam a desigualdade sexual neste sistema competitivo. Logo, sendo de responsabilidade da mulher o trabalho reprodutivo e não remunerado, seu tempo produtivo para a vida pública torna-se inferior ao masculino, colocando-a em condição de desvantagem nessa competição injusta e desproporcional.

Como aponta o estudo do IPEA (2011) Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, a entrada do jovem no mercado de trabalho se estabelece como um fator central para a construção de sua identidade. Sendo assim, a participação inferior das mulheres jovens, neste campo, provoca um impacto na definição de seu padrão de sociabilidade e na construção da autonomia pessoal e econômica. O indicador de gênero é bastante claro no que diz respeito a barreiras para mulheres jovens entrarem e permanecerem no mercado de trabalho na atualidade. Deste modo, se faz necessária a reflexão sobre os impactos desses fenômenos atuais sobre o projeto de vida profissional dessas adolescentes e suas consequências na concretização de suas trajetórias profissionais.

5. Impactos das desigualdades de gênero na construção do projeto de vida profissional.

Como já debatido, as relações sociais de gênero são perpassadas por questões sociais e, conforme apontam Santos e Oliveira (2010), dentre elas estão as formas de opressões vivenciadas pelas mulheres em virtude do patriarcado. Neste sistema a figura masculina é percebida como reguladora das relações sociais e do domínio público, restando à mulher o papel de subalternidade diante da objetividade que se apresenta historicamente desfavorável. Sendo assim, é importante debater os reflexos dessas construções históricas na realidade material que se apresenta na modernidade e, diante deste cenário, compreender as influências que impactam a elaboração e efetivação do projeto de vida profissional da mulher jovem.

Neste sentido, colocando em foco as escolhas profissionais das adolescentes, tendo como pano de fundo os impactos dessa dinâmica desigual entre os gêneros, faz-se necessária a problematização sobre as consequências dessa realidade sobre a materialização da participação das jovens no mercado de trabalho futuro. Souza (2015) aponta que geralmente é na adolescência que as escolhas profissionais são forjadas, a partir do processo de identificação próprio da adolescência, com as profissões de familiares, professores, pelas demandas sociais ou culturais do meio onde está inserido.

Sendo assim, partindo do ponto de vista sociocultural, essas identificações estão intimamente ligadas com a elaboração, por parte dessas jovens, de papéis de gênero e estereótipos presentes no meio em que vivem. Logo, embora a entrada da mulher no mercado de trabalho tenha provocado diversas transformações sociais, sua identidade feminina de cuidadora ainda permanece no imaginário cultural, e acaba por impactar nas escolhas profissionais futuras das jovens trabalhadoras. (SOUZA, 2015)

Lima et al (2017) retomam a questão da educação sexista, pautada na centralidade da figura masculina, e seu impacto em todos os âmbitos da vida, inclusive no momento da escolha profissional. As autoras apontam que o suporte ideológico sexista utiliza as diferenças biológicas para a sustentação das desigualdades entre os gêneros. Para Souza (2015.P.14) “Homens e mulheres são diferentes biologicamente, mas o cerne da desigualdade não está na diferença

biológica”, sendo assim, embora as diferenças sexuais sejam significativamente presentes, a grande questão que estabelece e fundamenta a desigualdade entre os gêneros está marcada na forma de socialização entre os gêneros dentro do seu grupo social e nas disparidades de acesso sociais e políticos.

Ainda segundo Lima et al (2017) nesse processo de socialização, meninas são incentivadas a desenvolverem habilidades que favorecem o ensino, o cuidado, a realização das atividades domésticas, a maternagem, a sensibilidade, a passividade, a meiguice e a tolerância. Já os meninos são estimulados a desenvolver a liderança, a agressividade, a força física, a lógica e a ousadia. Sendo assim, a visão pessoal de cada sujeito sobre sua potencialidade acaba sendo limitada ou influenciada sob essa ótica das expectativas sociais de gênero. (LIMA et al, 2017)

Partindo do ponto de vista dos estereótipos, que são generalizações sobre grupos ou pessoas, Souza (2015) afirma que existem diversas profissões estereotipadas pelo senso comum e que vão apresentar grande diferença de adesão entre os gêneros. A exemplo, a autora cita a expressiva participação dos homens nos cursos de engenharia e tecnologia, a passo que as mulheres possuem uma grande concentração nas áreas da saúde e educação. Sendo assim, quando o indivíduo opta por uma atividade profissional que foge a expectativa de “trabalho feminino” ou “trabalho masculino”, este tende a sofrer uma pressão social negativa em virtude dessa escolha. (SOUZA, 2015)

Deste modo, essas diferenças não podem ser percebidas como uma questão de acaso ou gosto individual, visto que as identidades de gênero são constituídas a partir da aprendizagem formal e informal e da apropriação da cultura, e pode forjar interesses, desejos e escolhas profissionais. Sendo assim, o gênero pode ser visto como barreira para a escolha de determinadas profissões e desenvolvimento de carreiras. (Lima et al, 2017)

Berlato (2007) afirma que o processo de escolha profissional requer do adolescente a elaboração e integração de uma diversidade de fatores econômicos, políticos, sociais e psicológicos. Sendo assim, a escolha profissional durante a adolescência acontece em concorrência com as mudanças biológicas, próprias deste período, como a puberdade, o desenvolvimento da sexualidade e busca de definição de um lugar social diferente do papel de criança. A autora ainda relata que a identidade sexual está ligada à identidade profissional e se há dificuldade em

assumir a identidade sexual, logo também haverá dificuldade em definir a identidade profissional. (BERLATO,2007)

A escolha de uma profissão futura por parte do adolescente está intimamente ligada à construção de uma identidade própria e de uma elaboração pessoal, no entanto, não está descolada do contexto daquele indivíduo, haja vista a influência da família, dos amigos, da mídia e da escola, contribuem para a efetivação dessa decisão (Souza,2015). Logo, Almeida e Magalhães (2011) reafirmam que o indivíduo vive uma falsa sensação de liberdade, visto que, embora haja um ideal de que a escolha seja individual, esta escolha está localizada em um contexto político, econômico, social e familiar.

Berlato (2007) aborda que a família tem papel significativo na construção da identidade profissional do adolescente, haja vista a absorção de valores e crenças, por parte dos jovens, desde a infância e pelo incentivo advindo dos familiares de determinados comportamentos em detrimento de outros, que contribuem para fortalecer ou não uma escolha profissional futura. No que diz respeito a socialização diferenciada entre os gêneros no contexto familiar, Souza (2015) aponta que é comum que meninas sejam estimuladas a realizar e desenvolver atividades que favoreçam o cuidado e o vínculo afetivo, já para o caso dos meninos, essas habilidades são reprimidas e a valorização está na virilidade, competição e raciocínio matemático. Deste modo, padrões de papéis de gênero vão sendo construídos e interiorizados ao longo do processo de desenvolvimento do ser humano.

Assim, nota-se que as escolhas profissionais futuras das jovens serão impactadas por esse referencial social, a exemplo, a baixa participação feminina no âmbito político ou em áreas como a construção civil. Quando colocamos o foco na questão política, algumas problemáticas emergem em relação ao tema, como o caráter patriarcal das instituições políticas, os padrões culturais que colocam o espaço político como sendo um espaço marcadamente masculino, gerando por consequência um menor interesse das mulheres pelo tema e também a menor disponibilidade do público feminino de tempo e recursos financeiros para dedicação a vida política. (LIMA et al, 2017)

Quando o enfoque é dado à área da docência, percebe-se uma predominância expressiva do público feminino e da presença da discriminação de gênero. Visto que um professor, em especial das séries iniciais, pode ser interpretado de forma negativa pelas representações sociais vigentes. Outrossim,

nota-se a divisão sexual do trabalho, visto que, as mulheres que trabalham no campo educacional, em sua maioria, ocupam o cargo de professora ao passo que homens frequentemente são convocados a ocupar cargos de gestão, ou seja, de maior prestígio dentro do contexto pedagógico. (LIMA et al, 2017)

Voltando à questão comportamental, Souza (2015) citando (PINKER, 2008) dirá que homens se mostram mais dispostos a trabalhar por mais horas e apresentam maior propensão à mobilidade geográfica e rompimento com familiares e amigos em prol do desenvolvimento da carreira. Além disso, homens são mais dispostos a realizar tarefas insalubres ou de alta periculosidade, mas que, por consequência, são mais lucrativas, como manutenção de equipamentos industriais. Por outro lado, as mulheres, em média, têm maior probabilidade de escolher empregos de apoio administrativo, que não ofereçam perigo e optam por carreiras mais flexíveis que lhes permitam passar mais tempo com os filhos e com a família. (SOUZA, 2015)

Deste modo, faz-se necessário evidenciar que a construção da identidade profissional tem em sua base a influência das construções sociais e do processo de socialização. Deste modo, a escolha de uma profissão futura contribui para a caracterização de um referencial de vida do adolescente, logo se as relações de gêneros oferecem disparidades de ocupação e remuneração no âmbito do trabalho, essa se constitui uma problemática para que se apresenta latente e carente de intervenção continuada. (SOUZA, 2015)

A respeito das vulnerabilidades presentes nas dinâmicas sociais e das mudanças das configurações de trabalhos das novas gerações, Ribeiro (2011) aponta que a juventude tem vivenciado um momento de incertezas e alterações do sentido do trabalho tradicionalmente entendidas como centrais para a organização social e fundamento do sentido da vida, na sociedade do trabalho, do século passado. Visto que, como as relações de trabalhos se davam de maneiras mais estáveis, e por vezes, passadas intergeracionalmente, não se possuía a ideia de projeto futuro e o indivíduo passava por uma “progressão contínua e hierárquica dentro de uma organização”. (ALMEIDA E MAGALHÃES, 2011)

Com o advento das flexibilizações, terceirizações, fragmentações e precarizações constantes, o acesso ao trabalho, na forma de emprego, por parte dos jovens, tem se tornado mais distante e pouco acessível, trazendo certa vulnerabilidade para esse público. Citando Gorz (1987), Ribeiro (2011) questiona a

centralidade do trabalho na sociedade atual visto que, com a desestruturação do mundo do trabalho, e o aumento da População Economicamente Ativa na linha do desemprego, a possibilidade de uma estruturação de uma carreira, coloca a juventude em situação de desesperança quanto a planejamentos futuros.

Sendo assim, amplia-se o campo de vulnerabilidades sociais para os jovens, visto que, com a inexistência de participação social por meio do trabalho, perde-se também o sentimento de pertencimento e utilidade social, gerando situações de precariedades tanto objetivas como simbólicas e, por consequência, a efetivação parcial ou total da exclusão de acesso aos bens coletivos e direitos sociais como saúde, educação, lazer, moradia, entre outros. (RIBEIRO, 2015)

Sendo assim, Souza (2015) aponta o processo de empoderamento dos jovens como estratégia de enfrentamento às influências das vulnerabilidades causadas tanto pelas mudanças de cenário quanto pelas expectativas de gênero, são cruciais para a transformação da posição de passividade ante ao contexto ameaçador, ativando assim sua potência para a transformação e enfrentamento da realidade. Neste sentido, o empoderamento diz respeito ao desenvolvimento de repertório tanto no sentido de fortalecimento de valores e crenças quanto na administração de recursos materiais para o alcance da autonomia e controle da própria vida.

Do ponto de vista feminino, as estratégias para mudança no cenário de disparidade de acessos em relação aos gêneros, também precisam contar com uma mudança no cerne da educação, tanto formal quanto informal, construindo novas formas de socialização que não perpetuem uma educação sexista sustentada na desigualdade e nos estereótipos de gênero. (LIMA et al, 2017)

6. Considerações Finais

A história da mulher é marcada, desde os primórdios, pelo enfrentamento dos mais diversos tipos de discriminação em todos os ambientes e relações sociais. É definida pela luta constante em prol da sua valorização e a busca pelo reconhecimento da equidade com os homens, principalmente, no campo profissional.

Nesse cenário, esse estudo objetivou responder quais os impactos no início da trajetória profissional das jovens e adolescentes, na faixa etária de 16 a 24 anos, em virtude das expectativas e diferenças de gênero.

Após o estudo realizado, passando pelo compilado de informações bibliográficas, dados disponibilizados pelas pesquisas do IBGE e das legislações vigentes, foi possível concluir que as lutas femininas impactaram em transformações sociais que, gradativamente, impuseram conquistas no ambiente privado e público. Contudo, as pesquisas demonstram que as mulheres ainda carregam o estigma de uma sociedade formada pelo patriarcado, com a manifestação da persistência da desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho, mesmo diante do atual cenário econômico globalizado e industrializado.

Essas desigualdades estão relacionadas ao histórico de subalternidade perpetuado ao longo dos anos, dando destaque para a atuação feminina adstrita ao espaço doméstico e pela justificação das disparidades sociais apoiadas na diferença biológica. A entrada da mulher no mercado de trabalho formal só foi possível com a intensificação do capitalismo e com as intensas lutas sociais feministas que provocaram modificações nas estruturas sociais vigentes. No entanto, esse movimento foi marcado por uma grande precarização nas relações de trabalho e pela permanência das desigualdades de gênero, transmutadas em novos formatos.

Para além das questões de gênero, a figura feminina encontra outros desafios relacionados ao âmbito da adolescência e juventude e que contribuirão para a intensificação das assimetrias sociais e profissionais. Neste sentido, salienta-se a dificuldade de entrada no mercado de trabalho atual em virtude da maior necessidade de escolarização e disponibilidade de tempo produtivo. Sendo assim, percebe-se a desvantagem competitiva em relação ao sexo masculino, visto que ainda na atualidade a figura feminina é vista e cobrada como principal responsável pelos afazeres domésticos. Logo, o cenário social impõe sobre a mulher jovem uma

tripla jornada, compreendendo as esferas de trabalho, estudo e atividades domésticas.

Embora as exigências sociais sejam mais rígidas para o público feminino, ainda assim, as pesquisas mostram que mulheres têm superado os homens no quesito escolarização. No entanto, dentro da lógica machista e patriarcal, os homens continuam apresentando percentual de desemprego inferior, ocupando posições de destaque no mercado de trabalho e recebendo salários superiores aos das mulheres. No campo da juventude, essas questões se repetem em especial no que diz respeito ao volume de contratação masculina superior, apoiadas nos estereótipos de gênero e na estigmatização da gravidez na adolescência.

Importante salientar, que esses estereótipos são construídos por meio das expectativas de gênero e pela reprodução de um ideal de feminilidade e masculinidade passados transgeracionalmente, por meio da educação formal e informal. Sendo assim, nota-se uma educação pautada no sexismo e que sustenta um padrão de sociabilidade desigual entre os gêneros, que desde a infância e até antes do nascimento constroem um padrão de conduta que influenciará a subjetividade daquele indivíduo.

Diante deste cenário, os programas de aprendizagem, regulamentados no Brasil a partir dos anos 2000, se constituem como um das principais formas de entrada formal do jovem no mercado de trabalho. No entanto, apesar da legislação contribuir com a formação e inclusão de jovens e adolescentes no espaço laboral de forma digna, percebe-se que em relação ao gênero a lacuna jurídica ainda permite a manutenção das desigualdades, visto que, não existe uma regulamentação quanto a contratação igualitária entre os gêneros.

A empregabilidade feminina na adolescência e juventude ainda é superada pela masculina da mesma faixa etária e entre as possíveis explicações estão a possibilidade de gravidez, os cuidados com os filhos, além da naturalização da ideia de maior aptidão feminina para os trabalhos domésticos e de cuidado. Dentro dessa lógica da domesticidade, a entrada no mercado laboral através do trabalho doméstico também se constitui como uma realidade no contexto feminino.

Nesse cenário, a mulher já na adolescência e juventude inicia a sua vida profissional em desigualdade em relação ao homem, que adentra ao mercado de trabalho com menores obstáculos. As mulheres precisam estudar, especializar e

sobressair mais do que os homens e, ainda assim, estão sujeitas a salários menores, mesmo exercendo a mesma atividade.

Importante observar que a maioria das jovens e adolescentes enfrentam jornadas mais duras e longas do que os pares do sexo masculino que dificilmente tem como responsabilidade os afazeres domésticos ou cuidado com filhos. A esses, geralmente, resta apenas a preocupação com os estudos e com o trabalho.

A Lei de Aprendizagem (Lei nº 10.097/2000), embora de extrema importância, poderia ser melhorada. Não se trata de privilegiar as mulheres jovens e adolescentes no mercado de trabalho e sim, de igualar as suas chances de adentrar no mercado de trabalho e ofertar-lhes condições para que possam permanecer, sem que a sua condição de mulher, seja justificativa para discriminação.

Destaca-se também, que mudanças culturais e sociais na percepção das mulheres podem e devem ser iniciadas desde o ambiente familiar, por meio de uma socialização que não promova a perpetuação de estereótipos e crenças de subalternidade feminina. No ambiente escolar, cabe aos educadores contribuir para que o processo de aprendizagem seja democrático e respeitoso quanto às diferenças, buscando promover a igualdade de acessos e oportunidades em todas as esferas.

Conforme disposto, não houve a pretensão de elucidar todas as questões relacionadas ao tema, visto que tal tarefa seria impossível em virtude da complexidade do assunto, no entanto, o foco foi promover o debate de uma questão tão importante e necessária para a atuação da Psicologia em qualquer espaço ou abordagem.

Nesse sentido, sugere-se a continuidade desse estudo no futuro, com abrangência para estudos de casos e demonstração de casos que impactaram de forma positiva a vida profissional de mulheres jovens e adolescentes.

Por fim, destaca-se que mesmo diante de um tema tão atual e importante, as pesquisadoras encontraram como maior dificuldade na construção desse estudo a localização de material e fonte bibliográfica que tratasse de forma específica a questão de gênero e trabalho na adolescência, dando enfoque ao formato de contratação via programas de aprendizagem. Fato que surpreendeu de forma negativa, visto que diante dessa dificuldade, não conseguimos afunilar a discussão conforme o planejamento inicial.

7. Referências bibliográficas

ABDALA, Vitor. IBGE: taxa de desemprego de jovens atinge 27,1% no primeiro trimestre. Agência Brasil, Brasília, 15, maio e 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-05/ibge-taxa-de-desemprego-de-jovens-atinge-271-no-primeiro-trimestre#:~:text=A%20taxa%20de%20desemprego%20entre,2%25%20do%20pa%C3%ADs%20no%20per%C3%ADodo>>. Acesso em: 27 Outubro 2020.

ALMEIDA, Maria Elisa Grijó Guahyba de; MAGALHAES, Andrea Seixas. Escolha profissional na contemporaneidade: projeto individual e projeto familiar. Rev. bras. orientac. prof, São Paulo , v. 12, n. 2, p. 205-214, dez. 2011 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902011000200008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 22 jun. 2021.

ARAUJO, Maria de Fátima. Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. Psicol. clin. , Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, pág. 41-52, 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652005000200004&lng=en&nrm=iso>. acesso em 06 de outubro de 2020.

BARATA, RB. Relações de gênero e saúde: desigualdade ou discriminação?. In: Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009. Temas em Saúde collection, pp. 73-94. ISBN 978-85-7541-391-3.

BAYLÃO, André Luis da Silva; SCHETTINO, Elisa Mara Oliveira. **A Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho Brasileiro**. 2014. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/20320175.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021.

BERLATO, Flavia Regina. **A RELAÇÃO ENTRE GÊNERO E A ESCOLHA PROFISSIONAL DE ADOLESCENTES**. 2007. 55 f. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2007.

BOCCATO, Vera Regina Casari. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. Rev. Odontologia. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, 2006. Disponível em: http://arquivos.cruzeirodosuleducacional.edu.br/principal/old/revista_odontologia/pdf/setembro_dezembro_2006/metodologia_pesquisa_bibliografica.pdf. Acesso em 18 jun. 2021.

BORDALO, Karina Barbosa. **O TRABALHO NA CONCEPÇÃO DE MARX**. 2013. 11 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pedagogia, Mestrado Universidade do Estado do Pará (Uepa), Pará, 2013. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/CD2013/pdf/13169_6614.pdf. Acesso em: 28 maio 2021.

BRASIL. Assembleia Legislativa. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. **Lei Nº 12.852, de 5 de Agosto de 2013**.: Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o

Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.. BRASÍLIA, DF, 6 ago. 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 26 maio 2021.

BRUSCHINI, Cristina. **TRABALHO FEMININO NO BRASIL::** novas conquistas ou persistência da discriminação?. 1998. 32 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pesquisadora, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 1998.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. Metodologia científica. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CAMPOS, André Gambier. JOVENS E SINDICATOS: DESAFIOS PARA O FUTURO DA REGULAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL. In: CARLOS HENRIQUE CORSEUIL (Rio de Janeiro) (org.). **Desafios à Trajetória Profissional dos Jovens Brasileiros**. Rio de Janeiro: © Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2014. Cap. 6. p. 175-202. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=23414. Acesso em: 21 abr. 2021.

COSTA, Joana Simões de Melo; ULYSSEA, Gabriel. O FENÔMENO DOS JOVENS NEM-NEM. In: CARLOS HENRIQUE CORSEUIL (Rio de Janeiro) (org.). **Desafios à Trajetória Profissional dos Jovens Brasileiros**. Rio de Janeiro: © Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2014. Cap. 3. p. 115-137. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=23414. Acesso em: 21 abr. 2021.

DIAS, Ana Cristina Garcia e Teixeira, Marco Antônio Pereira. Gravidez na adolescência: um olhar sobre um fenômeno complexo. Paidéia (Ribeirão Preto) [online]. 2010, v. 20, n. 45 [Acessado 22 Junho 2021], pp. 123-131. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-863X2010000100015>>. Epub 27 Abr 2010. ISSN 1982-4327. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2010000100015>.

ESTATÍSTICAS de gênero: uma análise dos resultados do censo demográfico 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 38). Acima do título: Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf>. Acesso em: mar. 2021.

FALEIROS, Vicente de Paula. Juventude: trabalho, escola e desigualdade. **Educação e Realidade**, Rio Grande do Sul, v. 2, n. 33, p. 63-82, jul. 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/7064>. Acesso em: 29 abr. 2021.

FERREIRA, Maria Inês Caetano; POMPONET, André Silva. Escolaridade e trabalho: juventude e desigualdade. **Revista de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 50, n. 3, p. 267-302, 10 set. 2019. Portal de Periodicos da UFC. <http://dx.doi.org/10.36517/rcs.50.3.d09>.

FONSECA-SILVA, MC. Memória, mulher e política: do governo das capitânias à presidência da república, rompendo barreiras. In TASSO, I., and NAVARRO, P., orgs. Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas [online]. Maringá: Eduem, 2012. pp. 183-208. ISBN 978-85-7628-583-0.

GUIMARAES, Rosemeire Maria; ROMANELLI, Geraldo. A inserção de adolescentes no mercado de trabalho através de uma ONG. *Psicol. estud.*, Maringá, v. 7, n. 2, p. 117-126, Dec. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722002000200014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 Abril. 2021.

HIRATA, Helena e Kergoat, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa* [online]. 2007, v. 37, n. 132 [Acessado 21 Junho 2021], pp. 595-609. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005>>. Epub 13 Dez 2007. ISSN 1980-5314. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005>.

HIRATA, Helena. **Mundialização, divisão sexual do trabalho e movimentos feministas** transnacionais: primer panel. empleo, responsabilidades familiares y obstáculos socioculturales a la igualdad de género en la economía. Primer panel. Empleo, responsabilidades familiares y obstáculos socioculturales a la igualdad de género en la economía. 2010. Disponível em: <https://fdocumentos.tips/document/mundializacao-divisao-sexual-do-trabalho-e-movimentos-movimentos-feministas.html>. Acesso em: 21 abr. 2021.

IBGE CONSTATA: JOVENS SÃO OS MAIS AFETADOS PELO DESEMPREGO. *Jornal G1, Globo*, Rio de Janeiro, 05 de Dezembro 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/12/05/ibge-constata-jovens-sao-os-mais-afetados-pelo-desemprego.ghtml>>. Acesso em: 27 de Outubro 2020.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Retratos das desigualdades de gênero e raça. Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>>.

JOVEM APRENDIZ: EMPRESAS CONTRATARAM MAIS DE 386 MIL PESSOAS EM 2017. *Jornal Extra*, Rio de Janeiro, 16 de Fevereiro 2018. Disponível em: <<https://extra.globo.com/economia/jovem-aprendiz-empresas-contrataram-mais-de-386-mil-pessoas-em-2017-22404353.html>>. Acesso em: 27 de Outubro 2020.

Kassouf, Ana Lúcia. O que conhecemos sobre o trabalho infantil?. *Nova Economia* [online]. 2007, v. 17, n. 2 [Acessado 15 Junho 2021], pp. 323-350. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-63512007000200005>>. Epub 24 Jan 2008. ISSN 1980-5381. <https://doi.org/10.1590/S0103-63512007000200005>.

KERGOAT, D. Compreender as lutas das mulheres por sua emancipação pessoal e coletiva. In: MORENO, R. (Org.). *Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres*. São Paulo: SOF Sempre Viva, 2014. P. 105-121.

Leone, Eugenia Troncoso e Baltar, Paulo. A mulher na recuperação recente do mercado de trabalho brasileiro. Revista Brasileira de Estudos de População [online]. 2008,v. 25, n. 2 [Acessado 21 Junho 2021], pp. 233-249. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-30982008000200003>>. Epub 30 Jan 2009. ISSN 1980-5519. <https://doi.org/10.1590/S0102-30982008000200003>.

LIMA, Mariana Dantas.a inserção do adolescente no mercado de trabalho: Trabalhos Lícitos e Trabalhos Proibidos. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2014.

LIMA, F. I. A. de; VOIG, A. E. G. T.; FEIJÓ, M. R.; CAMARGO, M. L.; CARDOSO, H. F. A influência da construção de papéis sociais de gênero na escolha profissional. DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação, Araraquara, v. 19, n. 1, p. 33–50, 2017. DOI: 10.30715/rbpe.v19.n1.2017.10818. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/10818>. Acesso em: 21 jun. 2021.

MONTEIRO, Helena Maria Diu Raposo. Mulher, Trabalho e Identidade: Relatos de mulheres em cargos de poder e prestígio sobre suas trajetórias profissionais. Dissertação de Mestrado (Graduada em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, p.129. 27 de Fevereiro 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/17313>> Acesso em 30, Outubro 2020.

MADALOZZO, Regina, Martins, Sergio Ricardo e Shiratori, Ludmila Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais?. Revista Estudos Feministas [online]. 2010 v. 18, n. 2 [Acessado 21 Junho 2021], pp. 547-566. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2010000200015>>. Epub 17 Set 2010. ISSN 1806-9584. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2010000200015>.

NOGUEIRA, David Antonio. **A EVOLUÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO**. 2010. 45 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Fema – Fundação Educacional do Município de Assis., Assis, 2010.

NUNES, Isaias Barbosa. O TRABALHO INFANTIL NA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL INGLESA: UMA CONTRIBUIÇÃO AO TRABALHO DOCENTE NA SÉTIMA SÉRIE. Curitiba, 2009. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1397-8.pdf>>. Acesso em: 21 de abril. 2021.

NUNES, Silvia Alexim. Problematizando a gravidez na adolescência. Rev. Epos, Rio de Janeiro , v. 1, n. 1, jan. 2010 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2010000100004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 22 jun. 2021

OGIDO, Rosalina. Adolescência, maternidade e mercado de trabalho: uma relação em construção. 2011. Tese (Doutorado em Saúde Materno Infantil) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. doi:10.11606/T.6.2011.tde-13042011-115056. Acesso em: 2021-05-31.

PORTO, Lidianne. Você já ouviu falar de método? Saiba o que é a metodologia! 21 nov. 2019. Disponível em: <https://escolaeducacao.com.br/o-que-e-metodologia/>. Acesso em 15 jun. 2021.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1lp5R-RyTrt6X8UPoq2jJ8gO3UEfM_JJd/view. Acesso em: 15 jun. 2021.

POCHMANN, Marcio. **Juventude em busca de novos caminhos no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. 24 p. (85-7643-006-1).

REIS, Maurício Cortez. UMA ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS DO PRIMEIRO EMPREGO NAS REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS. In: CARLOS HENRIQUE CORSEUIL (Rio de Janeiro) (org.). **Desafios à Trajetória Profissional dos Jovens Brasileiros**. Rio de Janeiro: © Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2014. Cap. 4. p. 141-156. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=23414. Acesso em: 21 abr. 2021.

RIBEIRO, Marcelo Afonso. Juventude e trabalho: construindo a carreira em situação de vulnerabilidade. Arq. bras. psicol., Rio de Janeiro, v. 63, n. spe, p. 58-70, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672011000300007&lng=pt&nrm=iso. acesso em 22 jun. 2021.

ROSA, EM., and TASSARA, ETO. A produção das infâncias e adolescências pelo direito. In JACÓ VILELA, AM., and SATO, L., orgs. Diálogos em psicologia social [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 269-284. ISBN: 978-85-7982-060-1. Disponível em: <SciELO Books> .

SANTANA, Munich e Dimenstein, Magda Trabalho doméstico de adolescentes e reprodução das desiguais relações de gênero. Psico-USF [online]. 2005, v. 10, n. 1 [Acessado 22 Junho 2021], pp. 93-102. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-82712005000100012>>. Epub 19 Out 2011. ISSN 2175-3563. <https://doi.org/10.1590/S1413-82712005000100012>.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; OLIVEIRA, Leidiane. **Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços**. 2010. 9 f. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Florianópolis, 2009.

SANTOS, ANSELMO LUIS DOS e GIMENEZ, DENIS MARACCI. Inserção dos jovens no mercado de trabalho. Estudos Avançados [online]. 2015, v. 29, n. 85 [Acessado 15 Junho 2021], pp. 153-168. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142015008500011>>. ISSN 1806-9592. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142015008500011>.

Silva, Roselani Sodré da e Silva, Vini Rabassa da Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios. Caderno CRH [online]. 2011, v. 24, n. 63 [Acessado 28 Junho

2021] , pp. 663-678. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-49792011000300013>>. Epub 24 Feb 2012. ISSN 1983-8239. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792011000300013>.

SILVA, JS. Vozes femininas da poesia latino-americana: Cecília e as poetisas uruguaias [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 221 p. ISBN 978-85-7983-032-7. Disponível em <SciELO Books>

SILVA, Jonas Ribeiro Andrada. Uma Análise sobre o momento da Lei do Aprendiz no Brasil. Monografia (Graduado em Economia) - Pontifícia universidade católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. P.34. 2018.

SOUSA, LUANA PASSOS DE e GUEDES, DYEGGO ROCHA. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. Estudos Avançados [online]. 2016, v. 30, n. 87 [Acessado 15 Junho 2021] , pp. 123-139. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142016.30870008>>.

SOUZA, Maria Luíza Rodrigues Sampaio de. **GÊNERO E ESCOLHA PROFISSIONAL**. 2015. 32 f. Monografia (Especialização) - Curso de Psicologia, Universidade de Brasília Instituto de Psicologia, Brasília, 2015.

VASCONCELOS, Iana dos Santos. MULHER E MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL: NOTAS DE UMA HISTÓRIA EM ANDAMENTO. Revista Eletrônica de Ciências Sociais, História e Relações Internacionais, Roraima, v. 3,n. 2, p. 01-09, jan./dez. 2011. Disponível em: <<https://revista.ufrr.br/examapaku/article/view/1497/1086>>. Acesso em 02 Abril. 2021.